



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO, MATERIAL E SERVIÇOS

PARECER TÉCNICO N.º 005/2025

Processo Administrativo nº. 1.062/2024

Assunto: Análise de proposta COMPRAS.GOV nº. 90001/2025 Pregão Eletrônico SRP: n.º 001/2025 Valor Total Estimado: R\$ 843.403,81

**Objeto:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de consumo (expediente e outros) para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Senhor(a) Pregoeiro (a),

Em atenção ao **Despacho** nº 22/2025/CPC da Comissão Permanente de Contratação, que trata da análise de inexequibilidade dos preços praticados pelos licitantes, esta Subsecretaria, na qualidade de órgão demandante, apresenta o presente relatório técnico, conforme previsto no **subitem 10.7 do edital**, que autoriza o (a) pregoeiro (a) a solicitar parecer técnico para subsidiar sua decisão.

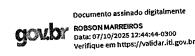
O referido despacho menciona o subitem 9.5.6, que estabelece:

- 9.5.6. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

No mesmo sentido, destaca-se o art. 59 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a desclassificação de propostas que apresentem preços inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

A análise técnica foi conduzida com base nos seguintes dispositivos legais e normativos:

- Art. 34 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022
- Art. 198 do Decreto Estadual nº 11.363/2023
- Súmula TCU nº 262







### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO, MATERIAL E SERVIÇOS

Esses dispositivos indicam como parâmetro de inexequibilidade valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração, sendo necessária diligência para comprovar a inviabilidade da proposta.

#### Metodologia Utilizada

Para a análise de viabilidade econômica, adotou-se o método MARKUP1, que consiste em um índice multiplicador aplicado sobre os custos (fixos e variáveis) para definição do preço de venda. Ressalta-se que o Markup difere da margem de lucro, sendo este último o percentual de lucro sobre o preço final de venda.

# Análise da Empresa C. F. MIRANDA LTDA

CNPJ: 59.371.584/0001-54

A empresa apresentou documentação comprobatória nas folhas 760 a 763, incluindo planilhas dos produtos de origem e cotação, com o objetivo de justificar os preços praticados nos itens 32 a 33, conforme planilha comparativa constante nas folhas 670 a 672.

## ltens 32 a 33 - Prendedor Metal Blinder 41 MM e 32MM pote com 24 unidades.

Foi utilizada como referência a cotação nº. 91747, datada de 30/09/2025, constante nas folhas 762 a 763, que apresenta os seguintes preços de custo unitários:

- R\$ 12,89 por unidade (pote com 24 unidades) prendedor metálico tipo Blinder 41mm
- R\$ 9,44 por unidade (pote com 24 unidades) prendedor metálico tipo Blinder 32mm

Contudo, após análise técnico detalhada, conclui-se que a referida cotação representa apenas um levantamento de preços de mercado, utilizado para estimar o custo de uma possível contratação. Embora seja uma ferramenta válida para fins comparativos, não possui viabilidade técnica e econômica para fundamenta este processo licitatório.

Além disso, observa-se um fator preponderante que compromete a confiabilidade da cotação não há demonstração de dados fiscais do fornecedor, tampouco informações relativas à tributação, frete ou encargos incidentes sobre o produto. A ausência desses elementos inviabiliza a validação da proposta como exequível, conforme exigido pela Documento assinado digitalmente ROBSON MARREIROS legislação vigente.

Data: 07/10/2025 12:43:45-0300 /erifique em https://validar.iti.gov.br

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/markup-saiba-calcular-para-definir-precos-comseguranca,94b3013555956810VgnVCM1000001b00320aRCRD







Diante da análise técnica realizada, conclui-se que a proposta não atende aos requisitos de exequibilidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis. Sendo assim, recomenda-se a desclassificação da empresa, por não demonstrar a exequibilidade de sua proposta quando exigido pela administração.

Rio Branco/AC, 07 de outubro de 2025.

Parecer Elaborado por:

Documento assinado digitalmente ANDRE LUIZ SOARES DA SILVA Data: 07/10/2025 12:56:42-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Documento assinado digitalmente

ELLEN FERNANDA DA SILVA DANKAR Data: 07/10/2025 13:02:42-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

André Luiz Soares da Silva Apoio Técnico

Ellen Fernanda da Silva Dankar Apoio Técnico

Documento assinado digitalmente

ROBSON MARREIROS Data: 07/10/2025 12:42:18-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Robson Marreiros Subsecretário de Patrimônio, Material e Serviços